

## Introdução

### A pós-graduação e a educação básica: um tema desafiante

Robert Evan Verhine, Professor da Faculdade de Educação e Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vice-presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE), membro da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), e coordenador da Região Nordeste do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP/NE).

Para introduzir e contextualizar o tema do presente número especial da Revista Brasileira de Pós-Graduação, será útil remeter o leitor ao Plano Nacional de Pós-Graduação 2011–2020<sup>1</sup>, recentemente lançado, pois nos seus capítulos 3 e 8 o referido documento revela dois cenários sobre a educação no Brasil que são marcadamente contrastantes.

Por um lado, o capítulo 3 do Plano mostra que a educação no nível de pós-graduação no Brasil vai muito bem, com crescimento notável a partir da década de 1960 e com patamar de qualidade que a situa entre os melhores sistemas de ensino de pós-graduação no mundo. Existem hoje cerca de 3.000 programas de pós-graduação, dos quais mais da metade oferece o curso de doutorado. Eles cobrem praticamente todas as áreas de conhecimento organizado e abrem, constantemente, principalmente por meio da vertente de programas interdisciplinares, novos campos de estudo. Em 2010, o sistema titulóu mais de 11.000 doutores, 35.000 mestres acadêmicos e 3.000 mestres profissionais. Programas de pós-graduação oferecem não apenas oportunidades para a formação de alto nível, eles também fornecem um locus para uma produção volumosa de produção intelectual de alta qualidade. O Brasil atualmente ocupa o 13º lugar no mundo em termos do número de artigos publicados em periódicos indexados e o impacto médio dessas publicações tem dobrado nos últimos cinco anos.

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério de Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPg 2011-2020. Brasília, DF: Capes, 2011.

Esse cenário promissor em relação à pós-graduação brasileira é produto de processos de planejamento nacional, de financiamento centralizado e dirigido e de avaliação sistemática e rigorosa. Nesses processos, o papel da Capes tem sido fundamental. Desde sua criação em 1951, com a missão de aperfeiçoar pessoal para o ensino superior, a Capes tem atuado como uma agência central, assumindo a tripla responsabilidade de planejamento, financiamento e avaliação, em prol da ampliação e da melhoria da qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no País.

Por outro lado, o capítulo 8 do novo Plano Nacional retrata um cenário diferente, muito mais negativo. Esse capítulo focaliza a educação básica e, em especial, a educação básica pública. Os dados ali apresentados indicam uma situação de extrema precariedade, especialmente quando comparados com os de outros países do mundo que compartilham intenções socioeconômicas parecidas com as do Brasil. O brasileiro “típico” completa apenas seis anos de escolaridade, menos de 50% dos jovens que estudam hoje concluirão o ensino médio e o desempenho dos alunos brasileiros nos exames de comparação internacional (como os exames do Pisa/OECD) demonstram que o nível de qualidade do ensino básico no Brasil é inaceitavelmente baixo.

Especialistas no assunto concordam que o progresso na melhoria da educação básica é limitado pela natureza endógena dos sistemas de ensino. O sucesso escolar de hoje depende da qualidade da escola que existia anteriormente. O desempenho da criança na escola é fruto da competência de seus professores (que é produto da qualidade dos sistemas escolares do passado) e das oportunidades culturais oferecidas no contexto de seu lar (que estão correlacionadas com o nível de instrução de seus pais, que, por sua vez, é moldado pela oferta educacional na época em que eles eram jovens). Assim, em educação, existe um ciclo vicioso no qual a educação de baixa qualidade tende a assegurar que a educação de baixa qualidade seja perpetuada. Para romper com tal ciclo, intervenções drásticas e inovadoras são imprescindíveis.

As origens de tais intervenções podem (e devem) ser diversas, mas uma origem em potencial que merece destaque é a pós-graduação, pois, conforme já estabelecido, ela representa um sistema em âmbito

nacional de excelente qualidade. Da mesma forma que a Capes tem liderado a consolidação da pós-graduação no País, a Capes ocupa agora um lugar central no sentido de estabelecer ligações entre a pós-graduação e a educação básica, de forma a, simultaneamente, promover a qualidade dos dois níveis. Esse novo papel da Capes se concretizou a partir da aprovação da Lei 11.502, de julho de 2007, que ampliou sua missão para abranger “fomento da formação inicial e continuada de profissionais de magistério da educação básica e estimular a valorização do magistério, em todos os níveis e modalidades” (p. 5). A chamada “nova” Capes é composta de duas diretorias que tratam, respectivamente, da formação presencial de professores para a educação básica (DEB) e da formação a distância de professores para a educação básica (DED). Além disso, um novo Conselho Técnico e Científico (CTC/EB) tem sido implantado para formular políticas e estabelecer um fórum para discussões e debates referentes à melhoria da educação básica pública no Brasil.

Uma razão para a ampliação das responsabilidades da Capes foi a de aproveitar a experiência acumulada e a estrutura administrativa efetiva de uma agência articulada com o Ministério de Educação já altamente respeitada por sua competência e integridade. Outra razão foi a suposição, mais implícita do que explícita, de que sinergias poderiam ser estabelecidas entre a pós-graduação promovida e avaliada pela “velha” Capes e a formação de professores de educação básica, foco da “nova” Capes.

Uma inovação correlata que ocorreu no âmbito da Capes no ano anterior à aprovação da Lei 11.502 trata da adoção pelo CTC de uma nova ficha de avaliação que, pela primeira vez, incluiu a inserção social como um dos cinco quesitos focalizados. Ao operacionalizar a nova dimensão, várias comissões de área começaram a considerar em suas avaliações as contribuições de seus programas para a melhoria da educação básica. Conseqüentemente, atividades como consultorias para escolas e sistemas escolares, o desenvolvimento de material didático e projetos de extensão envolvendo intervenções relacionadas com a aprendizagem da criança foram valorizadas pelas referidas comissões. Assim, a relação entre a pós-graduação e a educação básica começou a se materializar como uma subdimensão do processo de avaliação, o que fortaleceu a referida relação ao tempo em que iniciou um esforço

por parte de membros da comunidade acadêmica para conceituar as diferentes formas que tal relação poderia tomar.

Apesar desse esforço, a referida conceituação ainda se encontra em fase embrionária. A literatura brasileira que aborda a relação pós-graduação/educação básica é muito pequena e pouco sofisticada. As deficiências em relação à conceituação dessa relação são exemplificadas pelo próprio PNPG 2010-2011, já mencionado. A inclusão do capítulo 8, intitulado *Educação Básica: um novo desafio para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)*, é relevante, pois significa que, pela primeira vez, a educação básica recebe destaque no contexto de um plano nacional de pós-graduação. O capítulo enfatiza que “a pós-graduação constitui-se numa etapa da nossa estrutura de ensino e, como tal, guarda uma relação de interdependência com os demais níveis educacionais” (p. 155) e argumenta que “se quisermos ampliar o número de alunos nos cursos de mestrado e doutorado, temos que melhorar a eficiência do sistema com um todo, sobretudo a etapa da educação básica” (p. 158). Acrescenta, ainda, que “a melhoria da qualidade da educação diz respeito ao desenvolvimento social do país”, pois a falta de escolarização “dificulta o entendimento dos conceitos científicos e a participação das pessoas nos debates sobre muitos assuntos de interesse geral” (p. 158). O documento segue para detalhar temas que merecem atenção e estudo, mas suas recomendações são genéricas e bastante limitadas em escopo e originalidade. As ações sugeridas se limitam à “ampliação dos editais destinados à pesquisa em educação básica”, à “ampliação da interação dos programas de pós-graduação e da Universidade Aberta do Brasil”, ao “estímulo à participação de cursos de pós-graduação de outras áreas do conhecimento além da Educação nas questões relativas à melhoria da qualidade da educação básica” e ao “estímulo de estudos visando à formatação do ensino de ciências na educação básica” (p. 177-178).

Fica evidente, portanto, que os autores do Plano Nacional entendem que a pesquisa representa o mecanismo principal e quase exclusivo para alcançar a necessária articulação entre a pós-graduação e a educação básica. Em sua perspectiva, um papel importante de programas de pós-graduação é a geração por parte de professores e estudantes de novo conhecimento para a melhoria da educação nos níveis infantil, fundamental e médio. É claro que a importância da

pesquisa no referidonexo deve ser valorizada. Mas é claro também que existem outras maneiras em que a pós-graduação pode se relacionar com e contribuir para a educação básica. Essas outras maneiras ainda precisam ser clarificadas e conceituadas no âmbito da literatura acadêmica brasileira.

É nesse contexto que o Conselho Editorial da Revista Brasileira de Pós-Graduação, reunido no mês de março de 2010, resolveu lançar o Edital nº 021/2010/CAPES para fazer uma chamada formal para artigos tratando da relação pós-graduação/educação básica. Os objetivos do Edital foram: (1) abrir espaço para a apresentação de pesquisas que vêm sendo realizadas nos programas apoiados pela Capes; (2) discutir os desafios da política brasileira de apoio à formação e valorização docente; e (3) aumentar a penetração da temática e do debate sobre a relação em pauta nos círculos especializados do Brasil. O Edital foi publicado em julho de 2010 e, no período de 60 dias, resultou em mais de 90 trabalhos encaminhados. Após uma avaliação cuidadosa por parte de consultores *ad hoc*, nove dos textos submetidos foram selecionados para publicação no presente número especial da RBPG. Outros 22 artigos serão publicados em breve, em duas coletâneas organizadas pela Diretoria de Formação Presencial da Capes.

Os nove artigos aqui publicados são apresentados em duas seções, uma tratando a relação pós-graduação/educação básica de forma direta (cinco artigos) e outra abordando a relação indiretamente, com foco nas políticas desenvolvidas pela Capes referentes à formação de professores para o ensino fundamental e médio (quatro artigos). No seu conjunto, os artigos revelam manifestações da relação em pauta e indicam caminhos para o fortalecimento de tal relação no futuro.

O primeiro artigo desse volume, intitulado *Pós-Graduação e pesquisas em formação de profissionais: 2003 a 2007*, destaca o papel investigatório dos programas de pós-graduação e exemplifica como a pesquisa pode fundamentar políticas para a melhoria da educação básica. A partir de 64 trabalhos apresentados no âmbito da Anped, o artigo analisa a apreensão das concepções de formação de professores que têm balizado as pesquisas na área e apresenta uma proposta de pesquisa-formação direcionada à formação de formadores

de professores nos cursos de pós-graduação. O artigo revela que os elementos ideológicos que subjazem aos investigadores referenciados apresentam uma hegemonia nas concepções e práticas de pesquisa e de formação de professores.

O artigo seguinte, denominado *O mestrado como via de formação de professores da educação básica para a pesquisa*, trata da questão da pesquisa como elemento de articulação entre pós-graduação e educação básica sob outra ótica, pois focaliza o impacto da recente conclusão de um curso de mestrado nas concepções e atividades de pesquisa de um conjunto de professores de educação básica. Os dados coletados junto a uma amostra de 30 professores indicam que o mestrado recentemente concluído foi de importância decisiva na formação como pesquisador e no trabalho cotidiano desses profissionais, pois ampliou sua visão e permitiu enxergar sob um prisma diferente a realidade na qual trabalham. Segundo os autores, a investigação não confirmou a ideia de que o mestrado acadêmico está distante da realidade do professor ou de que ele pouco aproveita desse curso para seu trabalho na educação básica.

O próximo artigo, chamado *A educação profissional e os desafios do desenvolvimento brasileiro: uma proposta integradora entre a pós-graduação, a educação básica e os mundos do trabalho*, aborda a relação pós-graduação/educação básica por meio da educação profissional, vista como um itinerário estratégico para o desenvolvimento nacional. Ao revisar a evolução da educação profissional, identifica desconexões entre a pós-graduação e a educação básica e propõe novos elos de uma cadeia que deve se constituir em um eixo formativo que se inicia na educação básica e pode evoluir até ao doutorado para profissionais. Defende-se a pós-graduação e, em especial, a pós-graduação profissional, como um espaço de reflexão e de prática de novos desenhos de ensino e aprendizagem de modo a contribuir com soluções educacionais tanto para os níveis anteriores de formação quanto para atuação no mundo do trabalho.

O quarto artigo desse número especial, intitulado *Didáticas específicas, novas tecnologias e formação de professores para o*

*ensino das ciências na baixada fluminense: a experiência do mestrado profissional de Universidade do Grande Rio*, continua a discussão sobre a pós-graduação profissional, dessa vez com foco no papel do mestrado profissional na preparação de professores para o ensino das Ciências. O estudo analisa dados coletados por meio de levantamento das dissertações produzidas no primeiro triênio de um determinado mestrado profissional e de entrevistas com mestrandos. Os resultados revelam que a emergência de novos sentidos para a didática como campo epistemológico, considerando as inovações tecnológicas e pedagógicas, servem para a abertura de espaços para reflexões e ações de natureza interdisciplinar.

Enquanto os quatro primeiros artigos abordam aspectos da pós-graduação *stricto sensu*, o quinto artigo focaliza o papel da pós-graduação *lato sensu*. Intitulado *Reflexões sobre o processo de formação continuada proposto por um curso de especialização em Educação em Ciências e Tecnologia*, o artigo investiga o andamento de um determinado curso implementado na Fundação Universidade Federal do Pampa e depois oferece ponderações sobre as suas contribuições produzidas nas atividades de docência dos egressos. Faz uma avaliação da proposta didática oferecida pelo curso, as barreiras enfrentadas pelos alunos no decorrer da formação e também suas expectativas perante o futuro na carreira docente. Os resultados relatados demonstram que cursos dessa natureza podem impactar positivamente na busca da formação continuada dos professores em exercício, pelo menos em relação ao ensino de ciências e tecnologia.

O segundo conjunto de artigos, conforme mencionado anteriormente, aborda políticas específicas da “nova” Capes em relação à formação de professores, tanto inicial quanto continuada, para atuar na educação básica. O primeiro artigo desse conjunto (e o sexto do volume) tem como título *Ações da Capes para a formação e a valorização dos professores da educação básica do Brasil e sua interação com a pós-graduação* e detalha ações recentemente desenvolvidas pela agência, por sua nova Diretoria de Educação Básica (DEB). Entre os muitos programas e as iniciativas discutidos no artigo estão o Observatório da Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), o Plano

Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), o Programa Novos Talentos e o Programa de Cooperação Internacional na Educação Básica. O texto conclui apresentando reflexões sobre desafios a serem enfrentados pela interação pós-graduação/educação básica e propõe uma lista de temas sobre a referida interação que merecem discussão e aprofundamento.

Conforme indicado no parágrafo supra, dois dos programas mais importantes promovidos pela “nova” Capes tratam do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e do Observatório da Educação. Esses dois programas são focalizados nos dois artigos que se seguem. O trabalho denominado *Formação de Professores de Física: experiência do Pibid-Física da Universidade Federal de Rondônia* traz um relato de experiência adquirida no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência na formação de professores de Física, desde a elaboração do projeto até sua implantação no estado de Rondônia. Os autores discutem as dificuldades encontradas e os sucessos alcançados no decorrer da experiência e argumentam que a integração da pesquisa-ensino e extensão situa-se como ponto chave para o sucesso do Pibid no contexto abordado.

O próximo artigo, por sua vez, ressalta o projeto Observatório da Educação/Capes, apresentando uma pesquisa intitulada *Ensino de ciências de qualidade na perspectiva dos professores de nível médio: construindo uma comunidade de pesquisadores*. A referida pesquisa foi realizada por meio de grupos focais com professores de Ciências do ensino médio para a discussão de questões relacionadas ao tema Qualidade da Educação em Ciências. O projeto envolveu a participação de três programas de pós-graduação e conseguiu mostrar o potencial de uma pesquisa realizada em uma rede interinstitucional para a formação de pesquisadores. Segundo os autores, os integrantes da pesquisa, ao desenvolverem seus projetos, tornam-se membros de uma comunidade de pesquisadores voltados para a educação básica.

O último artigo deste número especial da RBPG aborda o trabalho desenvolvido por outra diretoria nova da Capes, a de Educação a Distância, focalizando sua principal ação: a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tendo o título *A Política Nacional de Formação de Professores*



*entre 2005 e 2010: a nova Capes e o Sistema Universidade Aberta do Brasil*, o artigo tem início com uma discussão a respeito da EaD no Brasil, assinalando alguns dos motivos de sua inserção no quadro nacional e de sua consolidação legal. Posteriormente, os aspectos operacionais do Sistema UAB são descritos, com atenção dada à integração entre o referido Sistema e a Capes. Também são abordados os benefícios e as fragilidades desse sistema em face da política nacional de formação de professores. A respeito da integração entre a UAB e a pós-graduação, o artigo aborda a criação do Programa de Mestrado Profissional em Matemática para docentes da rede pública de ensino básico, que iniciou suas atividades acadêmicas em março de 2011. O programa é oferecido pelas instituições integrantes do Sistema UAB com a utilização da metodologia da educação a distância, sob a coordenação da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Trata-se de uma ampliação marcante da oferta de pós-graduação *stricto sensu* e da formação de professores para a educação básica em larga escala, pois o referido mestrado profissional, baseado na infraestrutura da UAB, teve oferta inicial de mil vagas, com a projeção de uma oferta de duas mil vagas anuais a partir de 2012. Segundo os autores do artigo, com sua inserção na pós-graduação, “o sistema UAB começa a dar sinais de maturidade” (p. 31).

Depreende-se a partir da leitura dos artigos que compõem o presente volume que a relação entre a pós-graduação e a educação básica pode assumir uma variedade de formas e se manifestar de diversas maneiras. Pode se concretizar por meio de processos de formação desenvolvidos em programas de pós-graduação *stricto sensu*, sejam de natureza acadêmica ou profissional, ou por meio de pós-graduação *lato sensu*, via cursos de especialização ou de aperfeiçoamento. Tal formação pode ser inicial ou continuada, disciplinar ou interdisciplinar, ser de caráter presencial ou a distância e focalizar conteúdos, metodologias ou uma combinação dos dois.

A referida relação também pode se realizar por meio de atividades de pesquisa, gerando novo conhecimento a respeito da educação básica, despertando em pesquisadores uma preocupação com a solução de problemas de cunho educacional. Pode, ainda, transformar os professores da educação básica em pesquisadores de campo, capazes de sistematicamente investigar suas realidades, experimentar formas

alternativas para lidar com suas dificuldades e passar para seus alunos posturas e práticas científicas.

A relação pós-graduação/educação básica pode tomar muitas outras formas, por meio de uma multiplicidade de intervenções do campo da consultoria e da extensão. É claro que os assuntos abordados neste volume da RBPG representam apenas a ponta do *iceberg*, pois o tema exige aprofundamento tanto em termos de bases teóricas quanto em relação a experiências registradas. Ao desenvolver o tema, é importante levar em conta duas considerações fundamentais. Em primeiro lugar, a relação entre a pós-graduação e a educação básica não deve ser concebida como uma questão exclusivamente da área da educação. Todas as áreas de conhecimento apresentam interfaces com a educação básica, seja com aspectos de ensino e currículo, seja com elementos ligados à gestão e avaliação. Todas as áreas podem (e devem) realizar pesquisas e efetuar intervenções em prol da melhoria da escola e dos sistemas de ensino no País. A segunda consideração que merece destaque é que a relação pós-graduação/educação básica deve ser entendida como uma relação de reciprocidade, em que um nível se beneficia por meio de sua articulação com o outro. A relação não pode ser vista como um caminho de mão única, com a pós-graduação ajudando a educação básica, sem ter vantagens em retorno. Pelo contrário, a contribuição da educação básica para a pós-graduação é primordial, pois é quando se preparam inicialmente os alunos e os professores que eventualmente atuam na pós-graduação e é um ponto para a sensibilização dos envolvidos na pós-graduação sobre as realidades e os problemas sociais que permeiam a nação.

Assim, pode-se concluir que o tema aqui focalizado “tem pernas”, pois há um longo caminho ainda a percorrer para apreender o seu real significado, captar suas múltiplas dimensões e, em fim, construir de fato as articulações necessárias entre os diversos níveis de ensino no Brasil.